

Brasil

Economia

O otimismo está voltando. É o que fazem sentir as declarações dos empresários (nesta página) e o comportamento da Bolsa (confira as altas na 16). Mas o governo ainda não conseguiu controlar totalmente as portas do cofre (veja na página ao lado). O aumento da gasolina está na 15.

Ministro nota (quase) 10

9 FEB 1988

Reunidos ontem pela segunda vez este ano no Fórum Informal dos empresários, os líderes de diferentes entidades empresariais deram mostras de uma razoável mudança de humor diante do governo, em especial de sua nova equipe econômica. "Quase dez", foi a nota que o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, atribuiu ao ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e sua política econômica feijão-com-arroz.

Outro líder empresarial, Pedro Eberhardt, presidente do Sindicato da Indústria de Autopeças (Sindipeças), não se mostra preocupado, mesmo diante dos dados que apontam queda no nível de emprego industrial em janeiro (veja matéria ao lado). Ele demonstrou confiança no desempenho da equipe econômica do governo, na estabilização da inflação a partir de março, e até alguma queda no segundo trimestre do ano, acompanhada de uma recuperação no nível do emprego.

Eberhardt confirmou que o medo de um novo congelamento de preços, por causa da inflação elevada, vinha provocando aumentos injustificáveis nos preços. Ele acha que o governo está conseguindo, aos poucos, dissipar qualquer ameaça de medidas heterodoxas e que isso pode estar restabelecendo a confiança na economia. "Essa avaliação é mais por feeling", disse Eberhardt. E ele também acredita que nem mesmo a indefinição sobre a duração do mandato do presidente Sarney poderá influir decisivamente nos rumos da economia.

Afastar as dúvidas

Apesar do crédito de confiança ao ministro da Fazenda, os empresários do Fórum, reunidos na Fiesp, voltaram a insistir que o País precisa de uma política e de uma economia sem dúvidas, mentiras e com objetivos claros e de longo prazo. Eles fizeram críticas à política agrícola do governo, especialmente ao confisco do café.

As definições em curso na Constituinte foram outro prato do cardápio do Fórum, à cuja reunião compareceram praticamente todos os seus integrantes: Mário Amato, pela indústria; Lázaro Infante e Romeu Trussardi, pelo comércio; Flávio Telles de Menezes e Fábio Meirelles, pela agricultura; e



Mário Amato

Paulo Queiroz, pelos bancos. Eles se disseram preocupados, mas confiantes quanto a soluções "negociadas" na Constituinte, garantindo-se os princípios da livre iniciativa.

Ruy Altenfelder, coordenador da Confederação Nacional da Indústria para assuntos legislativos, observou que o Fórum avaliou cada movimento da Constituinte e que guarda muita expectativa quanto a se evitar, nos próximos dias, "buracos negros" traumáticos para a sociedade.

Segundo Altenfelder, os empresários preocupam-se bastante com as votações desta semana referentes à propriedade privada. Ressaltou que a postura do Fórum permanece a mesma: a Constituinte deve garantir o direito de propriedade, sendo que nos casos de desapropriação no interesse público ou social fique assegurada a indenização prévia, justa e "em dinheiro" (expressão que "não se encontra no texto da Comissão de Sistematização").

O setor agrícola do Fórum, representado por Meirelles e Teles Menezes, sustentou ser indispensável que o governo elimine, de forma gradativa, o confisco do café. Também insistiu na tese de privatização do IBC — Instituto Brasileiro do Café, como forma de aprimorar a estrutura produtiva do setor.

Fábio Meirelles e Teles de Menezes, presidentes da Federação da Agricultura e da Sociedade Rural Brasileira, respectiva-

mente, defenderam a eliminação dos subsídios agrícolas, mas com uma condição: que o governo elimine a carga tributária incidente sobre o setor. "Ao se falar em retirada de subsídios, deve estar implícita uma nova política tributária para o setor, a eliminação do confisco cambial e um ajuste de preços no setor produtivo de acordo com a realidade", frisou o presidente da Sociedade Rural Brasileira.

Conversão

O presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo, afirmou que o Fórum apóia sua posição quanto à conversão de parte da dívida externa. Insistiu que a conversão precisa ser feita dentro das Bolsas de Valores, "para que haja maior transparência nas transações".

— Eu tenho muito medo que esse Brasil de hoje, carente de recursos, tenha algumas conversões feitas a portas fechadas, em gabinetes. Isso, afirmou Rocha Azevedo, não podemos admitir de jeito algum. Conversão tem que ser livre, aberta e divulgada para quem quiser fazer.

Rocha Azevedo adiantou que hoje fará uma reunião no Banco Central para tratar do assunto. E lembrou que o objetivo da conversão é transformar os recursos externos em capitais de risco para serem aplicados em qualquer setor.

Sergio Leopoldo Rodrigues

